

BOLETIM 329

Brasília, 6 de abril de 2017

EM ALERTA O MOVIMENTO SINDICAL!

Rodrigo Maia diz que reforma trabalhista deve ser aprovada no dia 19

Comissão especial realizou penúltima audiência sobre o tema antes da votação do relatório, na próxima semana

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu nesta quarta-feira (5) a aprovação da reforma trabalhista (PL 6787/16) em 19 de abril, daqui a duas semanas. O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto, já adiantou que apresentará seu parecer à comissão especial na próxima quarta-feira (12).

A proposta atualmente tramita em caráter conclusivo e, se aprovada na comissão especial, segue diretamente para o Senado. Mas o projeto pode ser analisado pelo Plenário da Câmara caso haja recurso de, pelo menos 51 deputados, ou aprovação de requerimento para tramitação em regime de urgência.

Segundo Marinho, o relatório não vai abrir mão de garantir a prevalência de acordos e convenções coletivos entre patrões e empregados sobre a legislação, como prevê o texto. Para o presidente do colegiado, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), a reforma não retira nenhum direito dos trabalhadores.



“Os direitos estão garantidos constitucionalmente. Este é um projeto de lei, não emenda à Constituição. Portanto, não é possível retirar direitos”, disse.

Crítica - Já para os participantes da penúltima audiência pública da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, nesta quarta, a proposta do Executivo acaba com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-lei 5.452/43).

Presidente nacional do PDT, o ex-ministro do Trabalho Carlos Lupi disse que o projeto reflete a ótica do patronato. “Reforma é conversa para boi dormir. Isso aqui é puramente retirar direitos.”

Segundo Lupi, as mudanças vão gerar uma mobilização contrária da sociedade. “A população vai chegar ao seu limite porque a miséria e a fome tornam o ser humano irracional”, disse. O ex-ministro afirmou ainda que, em momentos de crise, o Estado deveria garantir os direitos de trabalhadores e aposentados, e não reduzi-los.

“Esta reforma acaba com a legislação trabalhista. Precisamos modernizar a CLT sim, mas nunca partindo da premissa de retirada de direitos.”

Mulheres - Para Tatau Godinho, ex-secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres do Ministério da Justiça,



a reforma vai prejudicar em especial as trabalhadoras. “As discussões sobre direito de trabalho são centrais. “Os setores de comércio e serviço são onde se concentra a força de trabalho feminina no Brasil, e eles defendem a flexibilidade”, disse.

A liberdade de negociação sem amarras claras de legislação que define direitos é pior para categorias e setores menos privilegiados, avaliou.

Tatau Godinho disse também que mudanças da proposta em relação ao trabalho em tempo parcial e ao trabalho temporário vão gerar diminuição de empregos com jornada integral e por tempo indeterminado. Ela citou estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em que europeus afirmaram estar em empregos temporários ou com jornada parcial não por escolha, mas por necessidade. “As mulheres estão em áreas de trabalho precário, de tempo parcial.”

Negociado x legislado - Para o advogado trabalhista e professor da Fundação Getúlio Vargas Jorge Boucinhas Filho, a prevalência do negociado sobre o legislado, como prevê a proposta, desconstrói o princípio jurídico da norma mais favorável ao trabalhador. “Não me parece a melhor solução para valorizar a negociação coletiva”, disse. Segundo ele, a negociação deve ser vista como uma ideia de construção de direitos.

Ultima audiência - A Comissão Especial da Reforma Trabalhista (PL 6787/16) realiza hoje a última audiência pública para discutir o assunto. Desta vez foram convidado para debater a proposta do governo: o ex-ministro do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto; o 1º vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Ricardo Antônio Mohallem; o ex-ministro do Trabalho, Miguel

Rossetto; o presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Marcelo Dias Carcanholo; o presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), Marco Aurélio Santana; o diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Peter Poschen; e o advogado trabalhista Mauro de Azevedo Menezes.

Votação no dia 19 - Ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu a aprovação da reforma trabalhista no dia 19 de abril. “Este é o caminho que o Brasil precisa trilhar para crescer já no final deste ano, aprovando as reformas. Vamos aprovar a reforma trabalhista no dia 19 de abril”, afirmou Maia.

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto, já adiantou que apresentará seu parecer à comissão especial na próxima quarta-feira (12).

Fonte: Agência Câmara

Relatório de projeto sobre reforma trabalhista será apresentado no dia 12

O relator do projeto de reforma trabalhista (PL 6787/16), deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), informou que apresentará seu parecer sobre a proposta no próximo dia 12. Marinho já adiantou que deverá tratar de outros temas no texto, como o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

O deputado também defende a análise do texto pelo Plenário da Câmara, mesmo o projeto tendo tramitação conclusiva nas comissões.

Debate – A maioria dos convidados para a audiência na última terça-feira da Comissão



Marinho quer apresentar seu relatório dia 12

Especial da Reforma Trabalhista criticou a proposta enviada pelo Executivo.

O professor de economia da Universidade Estadual de Campinas Márcio Pochmann afirmou que a mudança na legislação não resolverá o problema do emprego no Brasil.

“Em um momento de enorme restrição fiscal, o risco de uma legislação trabalhista reformulada é a redução da receita do governo, seja com queda do Imposto de Renda ou de contribuições previdenciárias”, disse Pochmann, que presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2007 a 2012.

Dados do Fórum Econômico Mundial de 2006 a 2015, citados por Pochmann, indicam que países com mais regulação trabalhista, como a Coreia do Sul, tiveram maior média salarial e menor desemprego em relação a outros que flexibilizaram a legislação, como a Inglaterra.

Para a presidente da Federação Nacional das Empregadas Domésticas, Luiza Pereira, a reforma vai retroceder em direitos. “Já levamos

uma grande rasteira, que foi a terceirização. E agora temos a reforma trabalhista”, afirmou.

Representantes de trabalhadores - Os desembargadores dos tribunais regionais do Trabalho (TRTs) do Ceará e do Rio Grande do Norte elogiaram a regulamentação da eleição de representantes de trabalhadores para empresas, como prevê o projeto, mas questionaram a extensão da medida. A figura do representante está prevista na Constituição, mas não foi regulamentada até hoje.

Segundo o desembargador José Gomes da Silva, do Ceará, o papel do delegado sindical deve ser restrito a questões individuais. “O papel de negociar coletivamente é do sindicato”, afirmou.”

Centrais sindicais já criticaram a medida ao colocar o representante em choque com a atividade do sindicato. Pelo texto, o voto no representante será secreto e podem se candidatar sindicalizados ou não.

Para o desembargador Bento Herculano Neto, do Rio Grande do Norte, se a implementação da medida for correta, os representantes poderão atuar junto aos sindicatos. “Naturalmente teremos diminuição de demandas trabalhistas. Esses comitês filtram as demandas”, disse.

Futuro do trabalho - Já o presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sergio Paulo Gallindo, avaliou que a mudança da legislação deve pensar o futuro do mundo do trabalho. Segundo ele, isso prevê maior autonomia, meritocracia, mobilidade e jornada flexível, como é a dinâmica dos profissionais de tecnologia de informação.

Fonte: Agência Câmara



Inflação para famílias com renda até 2,5 mínimos é de 4,24% em 12 meses

Em todo o país, o Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), que mede a inflação para famílias com renda até 2,5 salários mínimos, ficou em 0,56% em março. A taxa é superior ao 0,07% de fevereiro. Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), o IPC-C1 acumula taxas de 1,18% no ano e 4,24% em 12 meses.

A taxa do IPC-C1 em março ficou abaixo do Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-BR), que mede a inflação para todas as faixas de renda e que ficou em 0,47% naquele mês. No acumulado de 12 meses, no entanto, a taxa do IPC-C1 ficou abaixo dos 4,55% do IPC-BR.

Preços de alimentos sobem - O avanço do IPC-C1 entre fevereiro e março foi impulsionado por acréscimos nas taxas de cinco das oito classes de despesa que compõem o índice, com destaque para alimentação, que passou de uma deflação (queda de preços) de 0,45% para uma inflação de 0,60%, e para habitação, cuja taxa cresceu de 0,27% para 1,22%.

Também tiveram alta na taxa do IPC-C1, as classes de despesa saúde e cuidados pessoais (de 0,32% para 0,61%), vestuário (de -0,37% para 0,11%) e despesas diversas (de 0,36% para 1,01%).

Três classes de despesa tiveram queda na taxa: transportes (de 0,72% para -0,15%), comunicação (de -0,02% para -1,53%) e educação, leitura e recreação (de 0,67% para -0,19%).

Fonte: Agência Brasil

CCJ da Câmara aprova projeto que proíbe valor mínimo para depósitos ou retiradas da poupança

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou proposta que veda a exigência de valor mínimo para depósito ou retirada de aplicações em caderneta de poupança. Atualmente, não há regulamentação sobre valor mínimo do depósito na abertura de poupanças.

A proposta (PL 5011/13), do Senado, recebeu parecer favorável do relator na comissão, deputado Fábio Sousa (PSDB-GO). Ele concordou com a solução dada pela Comissão de Finanças e Tributação, que mudou a lei a ser alterada pela proposta.

Dessa forma, o projeto passou a alterar a Lei 12.703/12, que estabelece regras para a desindexação da economia. O texto original alterava a Lei 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias.

“Essa forma responde melhor à forma de fazer leis, pois a Lei 12.703/12 trata precisamente de saldos e de depósitos em contas de poupança em seu art. 3º. A introdução do art. 3º-A, na sequência, vedando valor mínimo para retirada ou para depósito em caderneta de poupança, está, portanto, em conformidade com a melhor técnica legislativa”, disse.

Tramitação - A proposta ainda será votada em Plenário.

Fonte: Agência Câmara



Toninho (ao fundo, à direita) faz sua palestra aos dirigentes sindicais do Maranhão



Muitas lideranças compareceram ao evento que discutiu os projetos do governo

DIAP promove debate com sindicalistas no Maranhão

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, através de seu consultor Antonio Queiroz, o Toninho do DIAP, fez palestra esta semana em São Luis (MA) para dezenas de sindicalistas e representantes de centrais sindicais do Estado com foco nas reformas da Previdência e Trabalhista e o projeto das terceirizações recentemente sancionado pelo governo.

Toninho fez uma análise crítica dos projetos governamentais, destacando os imensos

retrocessos que poderão ocorrer nos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários caso sejam aprovados, ainda que com algumas modificações, que já são previstas pois a própria base governista já revelou que dificilmente aprovará as matérias da forma que foram encaminhadas pelo Executivo.

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Maranhão (FETICEMA), presidida pelo 2º vice-presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Viana, e vários sindicatos da categoria estiveram representados no evento, considerado muito importante para esclarecer os dirigentes sindicais das questões que afetam os interesses dos trabalhadores e fortalecer a sua luta.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)